

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

CRESCIMENTO DAS CIDADES, DAS METRÓPOLES E DO INTERIOR DO BRASIL
CONTEMPORÂNEO.

Rosana Baeninger (NEPO-UNICAMP)

fausto Brito (CEDEPLAR-UFMG)

XII Encontro Nacional da ANPUR

Trabalho: “Crescimento das Cidades, das Metr6poles e do Interior no Brasil Contempor4neo”

Introdução

A mudan7a no padr4o de urbaniza74o brasileiro iniciou-se, j4 j4 nos anos 80, justamente com o menor crescimento das 4reas metropolitanas e com enormes transforma74es no processo de redistribui74o espacial da popula74o.

Os primeiros anos da d4cada de 90 consolidam esta tend4ncia, deixando as regi7es metropolitanas, em especial suas sedes, perderem posi74es no ranking das maiores taxas de crescimento do pa4s. O ritmo de crescimento da popula74o urbana apresentou expressivos decr4scimos a partir dos anos 80, indicando a import4ncia da espacializa74o e da utiliza74o da dimens4o territorial para o entendimento dos processos demogr4ficos.

Desse modo, o crescimento das pequenas e m4dias cidades, retratado pelo Censo de 1991 e de 2000, bem como a nova realidade das din4micas regionais, contribuíram significativamente para n4o agravar ainda mais o caos urbano-metropolitano que se previa. Por outro lado, a emerg4ncia de novas aglomera74es urbanas, centros e subcentros metropolitanos e n4o-metropolitanos, bem como os crescimentos dos pequenos munic4pios, ancorados nos espa7os das aglomera74es urbanas, constituem novos arranjos espaciais no desenho da rede urbana brasileira, onde a dualidade metr6pole – interior come7a a perder for7a, pelo menos no que se refere ao processo de distribui74o da popula74o urbana.

Este estudo busca delinear os ritmos diferenciados de crescimento populacional das cidades, das metr6poles e das 4reas interioranas no Brasil, apontando para a import4ncia crescente de territorialidades din4micas “fora das fronteiras metropolitanas”.

1. Evolução da população urbana: dos anos 40 ao ano 2000

Embora a concentração de população nas cidades de maior porte delinea a trajetória histórica da urbanização no Brasil (Tabela 1), é importante ressaltar que a tendência à concentração da população nos maiores centros urbanos se mantém mais ou menos estável desde 1970 (33% da população do total da população urbana), indicando uma relativa desconcentração populacional.

Tabela 1

Distribuição Relativa (%) da população urbana segundo o tamanho das cidades (%)
Brasil, 1940-2000

		1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Tamanho das cidades	< 20 mil	46,82	38,78	33,77	26,92	21,35	19,34	18,81
	de 20 a 50 mil	9,41	13,01	11,61	12,04	11,40	12,44	11,49
	de 50 a 100 mil	7,65	8,86	9,57	7,80	10,50	10,23	10,57
	de 100 a 500 mil	14,55	13,43	16,06	19,59	21,92	24,43	26,11
	mais de 500 mil	21,6	25,9	29,0	33,7	34,8	33,6	33,0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000; apud Brito (2006)

De fato, o fenômeno da desconcentração populacional, mesmo que de forma relativa, vem se configurando no Brasil, apesar das especificidades regionais. Assim, analisando-se o incremento médio anual da população urbana por tamanho das localidades (Tabela 2 e Gráfico 1) verifica-se, ao longo de sessenta anos, expressivo aumento até os anos 70 em todas as categorias de tamanhos de cidades, quando então algumas delas passam a registrar decréscimos em seu incremento anual de população.

A população urbana das cidades pequenas (< 20 mil habitantes) registra elevado incremento dos anos 40 (125 mil) para os 50 (325 mil pessoas), em função da transferência da população rural para o meio urbano dos próprios municípios; esta tendência é reforçada nos anos 60 (348 mil). Nos anos 70, esta categoria de cidades foi a única que diminui seu incremento anual (315 mil), provavelmente em função da passagem de localidades – antes nesta categoria – para cidades de portes mais elevados, bem como pela própria emigração oriunda das pequenas cidades para as metrópoles e cidades de porte médio. Nos anos 80, as cidades pequenas passam a registrar elevação em seu incremento

populacional urbano (390 mil pessoas), superando o incremento das cidades de 50 mil-100 mil habitantes. Nos anos 90, as cidades pequenas apresentaram o maior incremento de suas populações urbanas (497 mil pessoas) dentre as cidades até 100 mil habitantes; a formação de aglomerações urbanas – metropolitanas e não-metropolitanas – contribui para o incremento médio anual da população dessa categoria de cidades.

O período 1991-2000 traz novas evidências a respeito da distribuição da população urbana: de um lado, observa-se a importância das cidades pequenas, como mencionado acima; de outro lado, as cidades entre 100 a 500 mil habitantes passam a ter incremento anual bastante semelhante, a partir dos anos 80, àquelas com mais de 500 mil, inclusive com as primeiras registrando incremento superior (991 mil pessoas) às segundas (921 mil pessoas), em 1991-2000.

Tabela 2

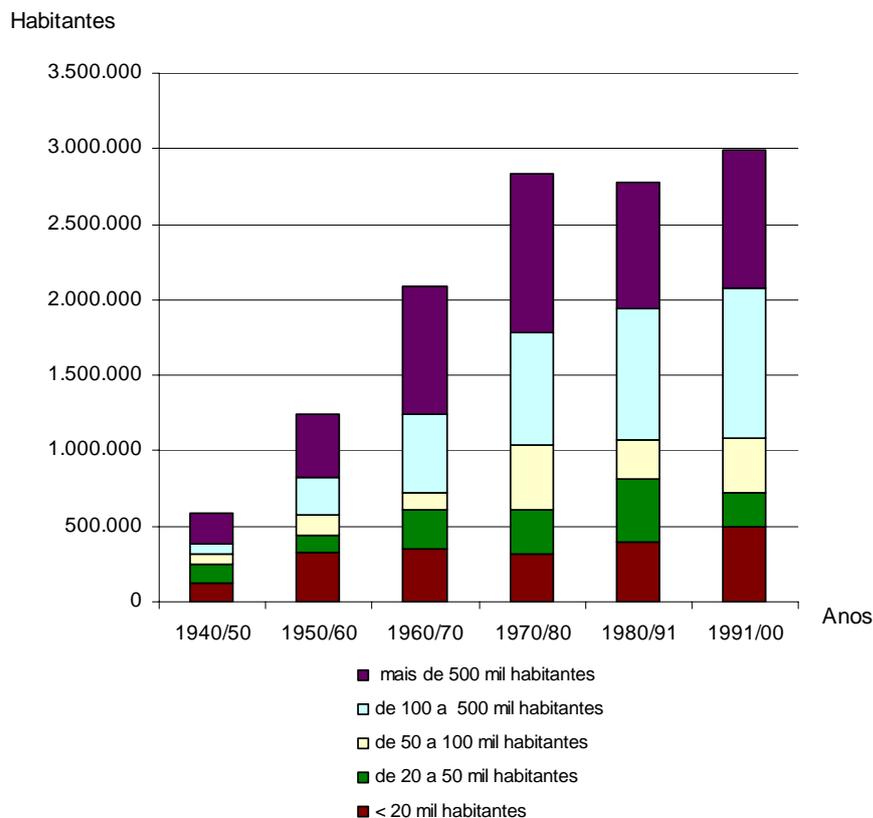
Incremento Médio Anual da População segundo Categorias de Tamanhos de Cidades
Brasil, 1940 a 2000

		1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
Tamanho das cidades (habitantes)	< 20 mil	125.350	325.720	348.007	315.190	390.226	497.409
	de 20 a 50 mil	123.163	118.037	264.701	289.872	421.593	225.887
	de 50 a 100 mil	67.883	132.308	107.538	438.320	264.414	358.906
	de 100 a 500 mil	64.848	249.054	519.037	742.821	862.131	991.144
	mais de 500 mil	209.027	418.374	847.433	1.048.941	838.316	921.471

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

Gráfico 1

Incremento Médio Anual da População Residente nas Cidades segundo os seus Diferentes Tamanhos Brasil, 1940-2000



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

Considerando as taxas de crescimento da população residente nas cidades (Tabela 3), observa-se as marcantes diferenças nos ritmos de crescimento da população. As cidades com mais de 500 mil habitantes passam a diminuir, progressivamente, seu ritmo de crescimento: de 5,7% a.a., nos 40, alcança 6,8 % a.a., nos 60, baixando para 2,2 % a.a., entre 1991-2000.

O período que marca a reversão na tendência das maiores cidades é 1980-1991, com os anos 90 confirmando esta tendência. De fato, as cidades médias (100 a 500 mil habitantes) registraram, entre 1991-2000, os maiores ritmos de crescimento da população (3,2% a.a.), seguidas daquelas entre 50 a 100 mil habitantes (2,8 % a.a.) e das de menos de 20 mil habitantes; esses crescimentos refletem as formações espaciais ditadas por cidades fora dos eixos metropolitanos.

Tabela 3

Taxas Anuais de crescimento da população segundo Categorias de Tamanhos de Cidades
Brasil, 1940 a 2000

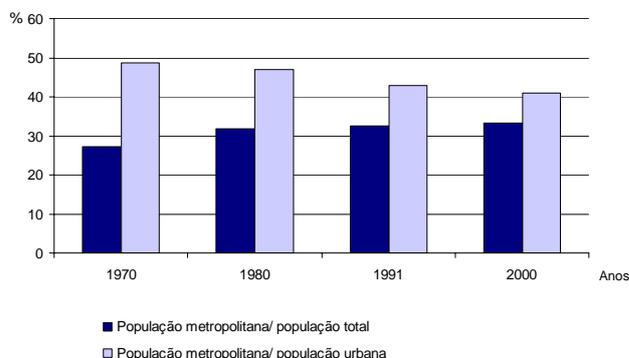
		1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
Tamanho das cidades (habitantes)	< 20 mil	1,91	3,77	2,89	2,05	2,05	2,13
	de 20 a 50 mil	7,26	4,02	5,64	3,87	3,79	1,54
	de 50 a 100 mil	5,38	6,02	3,12	7,59	2,73	2,82
	de 100 a 500 mil	3,02	7,11	7,37	5,62	3,99	3,21
	mais de 500 mil	5,77	6,40	6,83	4,80	2,62	2,26

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

De fato, a distribuição da população urbana segundo cidades metropolitanas e não metropolitanas e de acordo com tamanho de cidades (Gráfico 2) revela o aumento da concentração relativa da população urbana em cidades não-metropolitanas, desde os anos 70, 51% do total da população urbana nacional, chegando a 59% em 2000 (Tabela 4).

Gráfico 2

Participação Relativa da População Metropolitana
Brasil, 1970 – 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2000.

Enquanto as cidades pequenas concentravam metade da população urbana não metropolitana em 1970, esta situação modifica-se em 2000, quando as cidades pequenas dividem com as cidades de 100 a 500 mil habitantes, seguidas pelas de 20 a 50 mil habitantes, a concentração da população urbana não-metropolitana. Essa nova distribuição da população entre as categorias de cidades indica a importância do interior dos estados na retenção ou absorção de

população, em função das aglomerações urbanas espalhadas pela rede de cidades.

2. Regiões Metropolitanas: desaceleração no ritmo de crescimento

Considerando a importância das regiões metropolitanas no processo de urbanização e de redistribuição da população nacional (Mapa 1)¹, cerca de 57 milhões de brasileiros viviam nessas localidades em 2000 (Tabela 5). Contudo, sua participação no total da população urbana decresce de 48%, em 1970, para 41%, em 2000. Os núcleos metropolitanos passam a perder peso relativo, desde a década de 70, reforçando os processos de mobilidade intra-metropolitana e de periferização da população.

Na verdade, o cenário recente das metrópoles, em termos de crescimento populacional e de menor absorção migratória, reflete-se fortemente no sistema de cidades brasileiras, com o espalhamento populacional e com a formação de espacialidades marcadas pela concentração da população em um espaço regional que ultrapassa limites político-administrativos municipais. Desse modo, da mesma forma que a Metrópole foi o espaço definidor da grande parte do processo de concentração urbana no Brasil, é esta mesma expressão territorial – a Metrópole – que redefine a urbanização brasileira no século XXI.

¹ Considera-se como áreas metropolitanas, as antigas Regiões Metropolitanas acrescentando-se Brasília, Campinas e Goiânia.

Tabela 5
População Total das Regiões Metropolitanas
1970-2000

AGLOMERADOS METROPOLITANOS	POPULAÇÃO TOTAL			
	1970	1980	1991	2000
Belém	669.768	1.021.486	1.332.840	1.795.536
Fortaleza	1.070.114	1.627.042	2.306.676	2.984.689
Recife	1.755.083	2.347.005	2.874.555	3.337.565
Salvador	1.135.818	1.752.839	2.496.521	3.021.572
Belo Horizonte	1.619.792	2.570.281	3.436.060	4.350.022
Rio de Janeiro	6.879.183	8.758.420	9.814.574	10.894.156
São Paulo	8.113.873	12.552.203	15.444.941	17.879.997
Campinas	644.490	1.221.104	1.866.025	2.338.148
Curitiba	809.305	1.427.782	2.000.805	2.726.580
Porto Alegre	1.590.798	2.307.586	3.026.819	3.658.376
Goiânia	424.588	807.626	1.239.277	1.639.516
Brasília	625.916	1.357.171	2.152.307	2.958.484
TOTAL AGLOMERADO(1)	25.338.728	37.750.545	47.993.391	57.586.641
POPULAÇÃO BRASIL(2)	93.134.846	119.002.706	146.855.994	169.872.852
(1)/(2)	27,21	31,72	32,45	33,31
POPULAÇÃO URBANA(3)	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.953.959
(1)/(3)	48,64	46,93	43,24	41,74

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

As taxas de crescimento da população metropolitana segundo núcleo e periferia permitem observar que as regiões metropolitanas antigas (nove RMs) e novas (Campinas, Goiânia e Brasília) já apresentam taxas de crescimento do núcleo bastante semelhantes, em torno de 1% a.a. (e até bem abaixo deste valor), à exceção de Fortaleza, Curitiba e Brasília, com taxas superiores a 2% a.a. (Tabela 6).

No que se refere às áreas periféricas, as taxas são muito elevadas desde os anos 70, passando por uma transição deste crescimento – para níveis bem mais baixos - apenas a periferia de São Paulo (2,8% a.a.), a do Rio de Janeiro (1,6% a.a.) e a do Recife (1,8% a.a.).

Tabela 6

Taxas de Crescimento da População (% ao ano) segundo Núcleo e Periferia Aglomerados Metropolitanos, 1970-2000

AGLOMERADOS METROPOLITANOS	NÚCLEO			PERIFERIA		
	1970/80	1980/91	1991/2000	1970/80	1980/91	1991/2000
Belém	3,95	2,65	0,31	9,26	5,36	14,29
Fortaleza	4,3	2,78	2,15	4,18	5,42	3,31
Recife	1,27	0,69	1,03	5,11	2,96	1,82
Salvador	4,08	2,98	1,84	6,91	4,31	3,62
Belo Horizonte	3,73	1,15	1,11	7,45	5,11	3,97
Rio de Janeiro	1,82	0,67	0,74	3,39	1,49	1,66
São Paulo	3,67	1,16	0,85	6,37	3,22	2,81
Campinas	5,86	2,24	1,5	7,56	4,79	3,33
Curitiba	5,34	2,29	2,13	7,24	4,72	5,15
Porto Alegre	2,43	1,06	0,83	5,3	3,71	2,16
Goiânia	6,54	2,31	1,9	7,48	10,94	7,01
Brasília	8,15	2,84	2,77	7,38	7	7,18
TOTAL AGLOMERADOS	3,49	1,5	1,21	5,32	3,28	2,99

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

O padrão de urbanização que se processou no Brasil foi marcado por um crescimento rápido, amplo e concentrado da população, contribuindo, de um lado, para a emergência de grandes metrópoles, e de outro, para a expansão de uma diversificada rede urbana nacional, com o crescimento acelerado das capitais regionais e subregionais, bem como com o aumento da população urbana em grande número de cidades de diferentes tamanhos (Faria, 1983). Esse processo de concentração urbana em determinadas localidades teve momentos de maior intensidade e, ao que tudo indica, atualmente está-se frente a um movimento de desaceleração no ritmo de crescimento populacional dos grandes centros urbanos.

As novas formas de estruturação do espaço urbano têm se caracterizado por um crescente processo de conurbação e de complexa interação entre as cidades, configurando a emergência de novas áreas metropolitanas e a formação de aglomerações urbanas não-metropolitanas no interior do País².

Na dinâmica do processo de redistribuição espacial da população, portanto, essas novas espacialidades vêm assumindo importância crescente, já que podem

² Veja-se o estudo recente "Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira". NESUR - Instituto de Economia – UNICAMP/ IPEA, 1998.

ser capazes tanto de absorver quanto de reter grande parte dos fluxos migratórios que, anteriormente, se dirigiam às grandes concentrações metropolitanas.

Nesse sentido, os padrões recentes do processo de urbanização no Brasil possibilitam apreender as seguintes tendências:

- decréscimo no ritmo de crescimento das áreas metropolitanas;
- novas formas de distribuição da população no interior das metrópoles (com menores taxas de crescimento, inclusive para as áreas periféricas);
- adensamento da rede de cidades no interior e seu conseqüente processo de aglomeração urbana;
- relativa desconcentração populacional metropolitana;
- interiorização da população.

3. Interior do Brasil: novo ritmo de crescimento populacional

Considerando a população residente nos estados brasileiros segundo o recorte territorial metrópole e interior, sendo este último subdividido em interior urbano e interior rural, é possível apreender o novo padrão de urbanização no país, em particular as novas configurações da dinâmica do crescimento populacional nestes espaços (Tabela 7).

Para o Brasil em seu conjunto, 92 milhões de habitantes viviam no Interior do país, em 1991, volume que alcançou 103 milhões no ano 2000. As regiões metropolitanas e capitais estaduais juntas somavam, em 2000, 66 milhões de habitantes. As taxas de crescimento entre metrópoles/capitais e interior urbano situaram-se bastante próximas, entre 1991-2000, sendo para o interior urbano um pouquinho mais elevada: 2,1 % a.a. e 2,6% a.a., respectivamente. Ou seja, as áreas urbanas, quer sejam metropolitanas quer sejam interioranas – para o Brasil como um todo – registram ritmos de crescimento da população semelhantes, indicando a “recuperação” demográfica do interior do país (Mapa 2). O interior urbano representou 43% da população nacional, em 2000, contra 38,9% das regiões metropolitanas/capitais.

Tabela 7

População Total, Brasil, Unidades da Federação, Metrôpoles (RM) ou Capitais, Interior rural e Interior urbano, 1991 e 2000

	1991	1991 (%)	2000	2000 (%)	Taxa de crescimento (% a.a)
BRASIL	146.855.994	100,0	169.872.852	100,0	1,6
RMs + capitais	54.710.208	37,3	66.135.945	38,9	2,1
Interior	92.145.786	62,7	103.736.907	61,1	1,3
Interior Rural	33.243.559	22,6	29.824.870	17,6	-1,2
Interior Urbano	58.902.226	40,1	73.912.031	43,5	2,6
Rondônia	1.133.266	100,0	1.380.952	100,0	2,2
Porto Velho	287.289	25,4	334.661	24,2	1,7
Interior	845.977	74,6	1.046.291	75,8	2,4
Interior Rural	416.454	36,7	435.215	31,5	0,5
Interior Urbano	429.523	37,9	611.076	44,3	4,0
Acre	417.098	100,0	557.882	100,0	3,3
Rio Branco	197.376	47,3	253.059	45,4	2,8
Interior	219.722	52,7	304.823	54,6	3,7
Interior Rural	129.533	31,1	159.898	28,7	2,4
Interior Urbano	90.190	21,6	144.925	26,0	5,4
Amazonas	2.102.776	100,0	2.817.252	100,0	3,3
Manaus	1.011.501	48,1	1.405.835	49,9	3,7
Interior	1.091.275	51,9	1.411.417	50,1	2,9
Interior Rural	594.483	28,3	696.939	24,7	1,8
Interior Urbano	496.792	23,6	714.478	25,4	4,1
Roraima	217.583	100,0	324.397	100,0	4,5
Boa Vista	144.249	66,3	200.568	61,8	3,7
Interior	73.334	33,7	123.829	38,2	6,0
Interior Rural	52.243	24,0	73.117	22,5	3,8
Interior Urbano	21.091	9,7	50.712	15,6	10,2
Pará	4.949.207	100,0	6.195.965	100,0	2,5
RM Belém	1.332.840	26,9	1.795.536	29,0	3,4
Interior	3.616.367	73,1	4.400.429	71,0	2,2
Interior Rural	1.941.660	39,2	2.033.114	32,8	0,5
Interior Urbano	1.674.707	33,8	2.367.315	38,2	3,9
Tocantins	918.394	100,0	1.157.690	100,0	2,6
Palmas	24.334	2,6	137.355	11,9	21,2
Interior	894.060	97,4	1.020.335	16,7	1,5
Interior Rural	381.933	41,6	290.762	3,4	-3,0
Interior Urbano	512.127	55,8	729.573	13,3	4,0
Amapá	289.039	100,0	477.032	100,0	5,7
Macapá	179.441	62,1	283.308	59,4	5,2
Interior	109.598	37,9	193.724	40,6	6,5
Interior Rural	29.444	10,2	39.692	8,3	3,4
Interior Urbano	80.154	27,7	154.032	32,3	7,5

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

Tabela 7 (continuação)

População Total, Brasil, Unidades da Federação, Metrôpoles (RM) ou Capitais, Interior rural e Interior urbano, 1991 e 2000

		1991	1991 (%)	2000	2000 (%)	Taxa de crescimento (% a.a)
NORDESTE	Maranhão	4.929.681	100,0	5.657.552	100,0	1,5
	São Luis	696.371	14,1	870.028	15,4	2,5
	Interior	4.233.310	85,9	4.787.524	84,6	1,4
	Interior Rural	2.505.584	50,8	2.262.001	40,0	-1,1
	Interior Urbano	1.727.725	35,0	2.525.524	44,6	4,3
	Piauí	2.582.072	100,0	2.843.428	100,0	1,1
	Teresina	599.272	23,2	715.360	25,2	2,0
	Interior	1.982.800	76,8	2.128.068	74,8	0,8
	Interior Rural	1.172.414	45,4	1.017.208	35,8	-1,6
	Interior Urbano	810.386	31,4	1.110.860	39,1	3,6
	Ceará	6.366.115	100,0	7.431.597	100,0	1,7
	RM Fortaleza	2.306.676	36,2	2.984.689	40,2	2,9
	Interior	4.059.439	63,8	4.446.908	59,8	1,0
	Interior Rural	2.147.004	33,7	2.013.093	27,1	-0,7
	Interior Urbano	1.912.435	30,0	2.433.815	32,7	2,7
	Rio Grande do Norte	2.415.077	100,0	2.777.509	100,0	1,6
	Natal	606.887	25,1	712.317	25,6	1,8
	Interior	1.808.190	74,9	2.065.192	74,4	1,5
	Interior Rural	745.955	30,9	743.733	26,8	0,0
	Interior Urbano	1.062.235	44,0	1.321.458	47,6	2,5
	Paraíba	3.201.329	100,0	3.444.794	100,0	0,8
	João Pessoa	497.600	15,5	597.934	17,4	2,1
	Interior	2.703.729	84,5	2.846.860	82,6	0,6
	Interior Rural	1.149.395	35,9	1.000.405	29,0	-1,5
	Interior Urbano	1.554.334	48,6	1.846.455	53,6	1,9
	Pernambuco	7.127.947	100,0	7.929.154	100,0	1,2
	RM Recife	2.874.555	40,3	3.337.565	42,1	1,7
Interior	4.253.392	59,7	4.591.589	57,9	0,9	
Interior Rural	1.933.972	27,1	1.771.421	22,3	-1,0	
Interior Urbano	2.319.420	32,5	2.820.168	35,6	2,2	
Alagoas	2.512.665	100,0	2.827.856	100,0	1,3	
Maceió	629.041	25,0	797.759	28,2	2,7	
Interior	1.883.624	75,0	2.030.097	71,8	0,8	
Interior Rural	984.950	39,2	906.938	32,1	-0,9	
Interior Urbano	898.674	35,8	1.123.159	39,7	2,5	
Sergipe	1.491.876	100,0	1.784.829	100,0	2,0	
Aracaju	402.341	27,0	461.534	25,9	1,5	
Interior	1.089.535	73,0	1.323.295	74,1	2,2	
Interior Rural	488.818	32,8	512.255	28,7	0,5	
Interior Urbano	600.717	40,3	811.039	45,4	3,4	
Bahia	11.867.338	100,0	13.085.769	100,0	1,1	
RM Salvador	2.496.521	21,0	3.021.572	23,1	2,1	
Interior	9.370.817	79,0	10.064.197	76,9	0,8	
Interior Rural	4.776.203	40,2	4.268.762	32,6	-1,2	
Interior Urbano	4.594.615	38,7	5.795.434	44,3	2,6	

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

Tabela 7 (continuação)

População Total, Brasil, Unidades da Federação, Metrôpoles (RM) ou Capitais, Interior rural e Interior urbano, 1991 e 2000

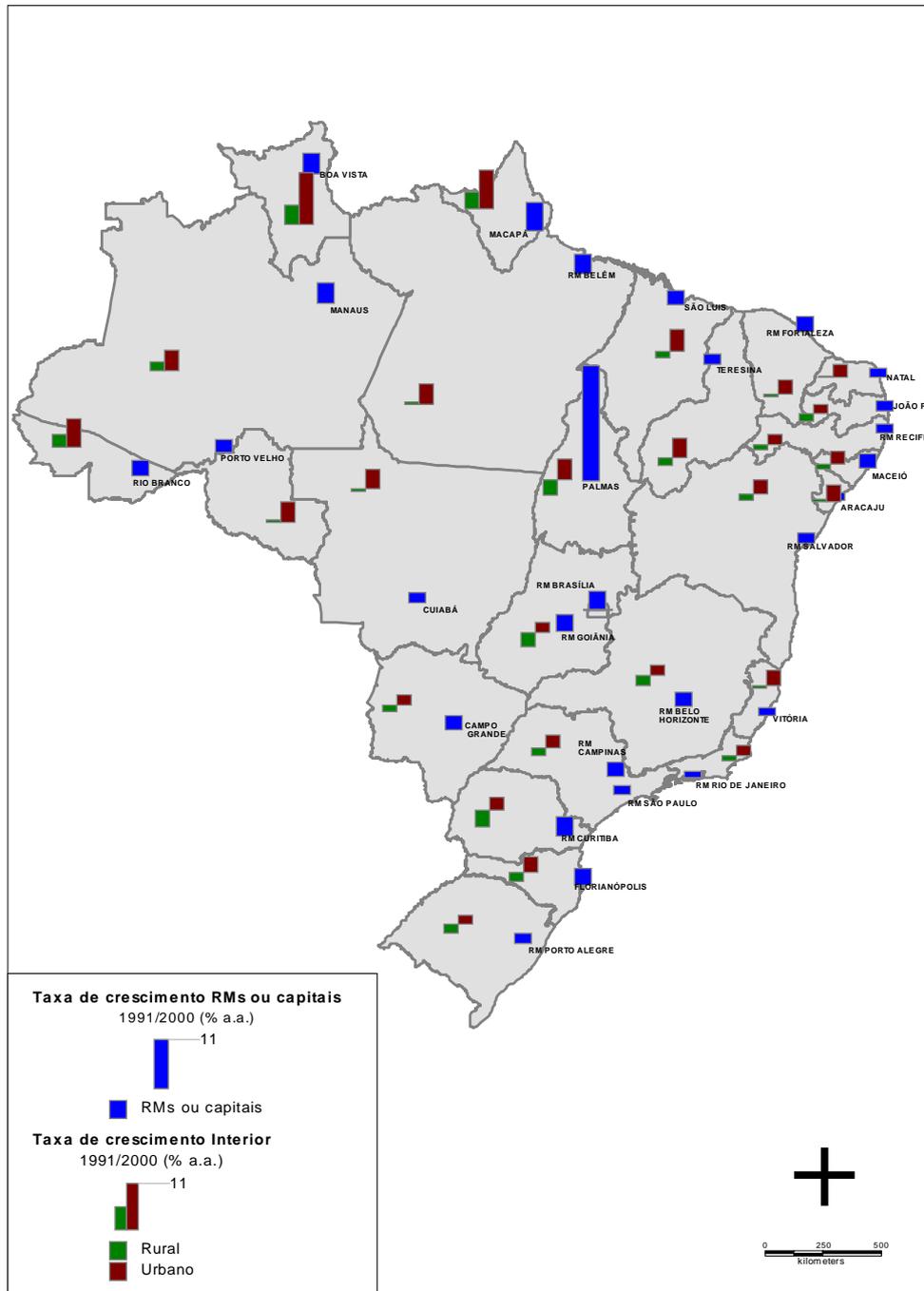
		1991	1991 (%)	2000	2000 (%)	Taxa de crescimento (% a.a)
SUDESTE	Minas Gerais*	15.655.504	100,0	17.808.778	100,0	1,4
	RM Belo Horizonte	3.436.060	21,9	4.350.022	24,4	2,7
	Interior	12.219.444	78,1	13.458.756	75,6	1,1
	Interior Rural	3.743.217	23,9	3.117.791	17,5	-2,0
	Interior Urbano	8.476.228	54,1	10.340.965	58,1	2,2
	Espírito Santo	2.600.618	100,0	3.097.498	100,0	2,0
	Vitória	258.777	10,0	292.304	9,4	1,4
	Interior	2.341.841	90,0	2.805.194	90,6	2,0
	Interior Rural	676.005	26,0	635.061	20,5	-0,7
	Interior Urbano	1.665.836	64,1	2.170.133	70,1	3,0
	Rio de Janeiro	12.807.195	100,0	14.392.106	100,0	1,3
	RM Rio de Janeiro	9.814.574	76,6	10.894.156	75,7	1,2
	Interior	2.992.621	23,4	3.497.950	24,3	1,7
	Interior Rural	527.351	4,1	490.525	3,4	-0,8
	Interior Urbano	2.465.269	19,2	3.007.425	20,9	2,2
	São Paulo	31.588.825	100,0	37.035.456	100,0	1,78
RM São Paulo	15.444.941	48,9	17.879.997	48,3	1,64	
RM Campinas	1.866.025	5,9	2.338.148	6,3	2,54	
Interior	14.277.859	45,2	16.817.311	45,4	1,84	
Interior Rural	1.849.529	5,9	1.620.494	4,4	-1,46	
Interior Urbano	12.428.329	39,3	15.196.817	41,0	2,26	
SUL	Paraná	8.448.623	100,0	9.564.643	100,0	1,4
	RM Curitiba	2.000.805	23,7	2.726.580	28,5	3,5
	Interior	6.447.818	76,3	6.838.063	36,6	0,7
	Interior Rural	2.127.940	25,2	1.555.532	5,1	-3,4
	Interior Urbano	4.319.878	51,1	5.282.531	31,4	2,3
	Santa Catarina	4.542.032	100,0	5.357.864	100,0	1,9
	Florianópolis	255.390	5,6	342.315	6,4	3,3
	Interior	4.286.642	94,4	5.015.549	93,6	1,8
	Interior Rural	1.317.814	29,0	1.129.970	21,1	-1,7
	Interior Urbano	2.968.827	65,4	3.885.578	72,5	3,0
CENTRO OESTE	Rio Grande do Sul	9.138.459	100,0	10.187.842	100,0	1,2
	RM Porto Alegre	3.026.819	33,1	3.658.376	35,9	2,1
	Interior	6.111.640	66,9	6.529.466	64,1	0,7
	Interior Rural	2.029.272	22,2	1.720.182	16,9	-1,8
	Interior Urbano	4.082.369	44,7	4.809.283	47,2	1,8
	Mato Grosso do Sul	1.780.373	100,0	2.078.070	100,0	1,7
	Campo Grande	526.126	29,6	663.621	31,9	2,6
	Interior	1.254.247	70,4	1.414.449	68,1	1,3
	Interior Rural	358.516	20,1	323.470	15,6	-1,1
	Interior Urbano	895.731	50,3	1.090.979	52,5	2,2
	Mato Grosso	2.026.071	100,0	2.505.245	100,0	2,4
	Cuiabá	402.813	19,9	483.346	19,3	2,0
	Interior	1.623.258	80,1	2.021.899	80,7	2,5
	Interior Rural	533.610	26,3	510.247	20,4	-0,5
	Interior Urbano	1.089.648	53,8	1.511.651	60,3	3,7
	Goiás**	3.594.524	100,0	4.193.208	100,0	1,7
	RM Goiânia	1.239.277	34,5	1.639.516	39,1	3,2
Interior	2.355.247	65,5	2.553.692	60,9	0,9	
Interior Rural	630.260	17,5	497.045	11,9	-2,6	
Interior Urbano	1.724.986	48,0	2.056.646	49,0	2,0	
Distrito Federal						
RM DF	2.152.307	100,0	2.958.484	100,0	3,6	

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

(*) e (**) na soma de população dos estados de GO e MG não foram considerados os municípios que fazem parte da Rida (DF)

Mapa 2

Taxas de Crescimento da População Regiões Metropolitanas/Capitais, Interior Urbano e Interior Rural, 1991-2000



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

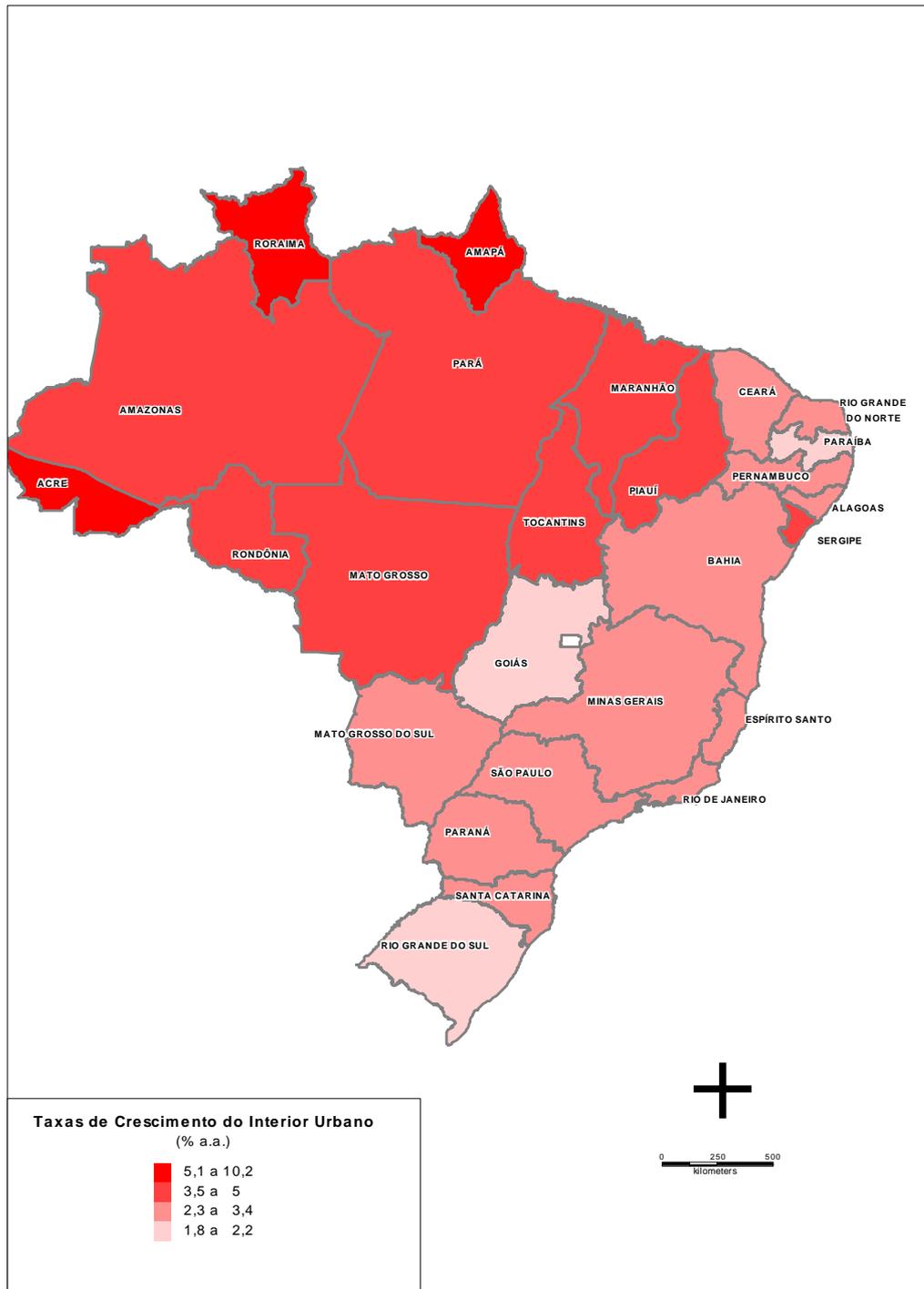
É no interior rural brasileiro que se evidencia os decréscimos de população, com uma taxa média de crescimento de -1,2 %a.a., no período de 1991-2000; à exceção da Região Norte, os demais interiores rurais do país registraram taxas de crescimento negativas. A população do interior rural registrou um decréscimo, passando de 33 milhões de pessoas, em 1991, para 29,8 milhões em 2000.

De fato, destacam-se algumas taxas de crescimento positivas do interior rural dos estados do Norte. No Acre, seu interior rural cresceu a uma taxa de 2,4 % a.a., entre 1991-2000, sendo que sua capital registrou um crescimento de 2,8% a.a.; o interior rural de Roraima apresentou taxa de crescimento de 3,8 % a.a. e Boa Vista, 3,7% a.a.; o Amapá apresentou um interior rural com taxa de crescimento de 3,4% a.a. e Pará e Rondônia de 0,5% a.a. (Mapas 3 e 4).

Esse crescimento da população rural ainda pode ser reflexo da expansão agrícola, mas pode também indicar problemas na definição do rural, uma vez que as taxas de crescimento urbano são bastante elevadas, podendo denotar um processo de expansão das áreas urbanas. As taxas de crescimento do interior urbano da Região Norte são as mais altas do Brasil interiorano: acima de 4% a.a., chegando Roraima a registrar 10,2% a.a.; o interior urbano do Amapá 7,5% a.a.; do Acre, 5,4% a.a.; de Rondônia e do Pará, em torno de 4% a.a. (Tabela 7).

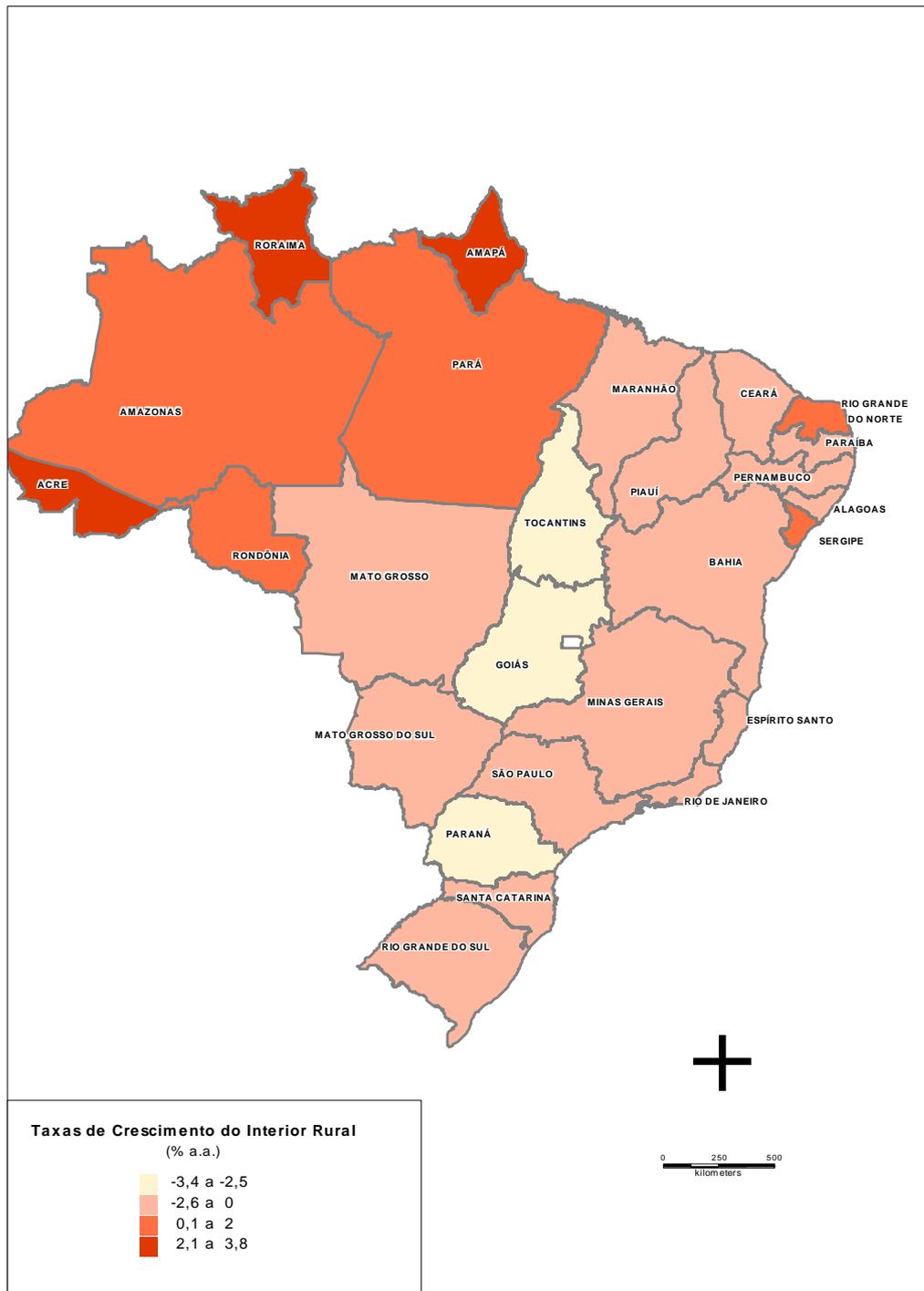
Essas evidências apontam para um forte processo de urbanização da população regional, com o expressivo aumento do peso relativo das populações do interior urbano no contexto estadual. À exceção de Manaus e da RM de Belém, as demais capitais perderam peso relativo no total da população de seus respectivos estados, em favor do interior urbano, já que o interior rural desses estados do Norte perdeu peso relativo no total da população.

Mapa 3
 Taxas de Crescimento Brasil - Interior Urbano,
 1991- 2000



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp).

Mapa 4
Taxas de Crescimento Brasil - Interior Rural,
1991- 2000



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp).

Na Região Nordeste, o processo de esvaziamento do interior rural é evidente para todos os estados, apenas com Sergipe registrando um crescimento baixo de seu interior rural (0,5 % a.a.) e o interior rural do Rio Grande do Norte com taxa próxima de zero. No caso do interior urbano nordestino, este cresce a taxas superiores à das regiões metropolitanas e capitais, como são os casos dos contextos estaduais do interior urbano do Maranhão (4,3% a.a.), do Piauí (3,6%a.a.), do Rio Grande do Norte (2,5%a.a.), de Pernambuco (2,2%a.a.), de Sergipe (3,4% a.a.) e da Bahia (2,6% a.a.); para o Ceará e Alagoas as taxas de suas RMs/Capitais são ligeiramente superiores que para o interior urbano, embora sejam bastante próximas (Tabela 7). Esse crescimento da população das áreas urbanas do interior do Nordeste reflete a interiorização do processo de urbanização, bem como os novos destinos migratórios, com o aumento da participação do interior urbano no total das populações estaduais.

No Centro-Oeste, as áreas do interior rural registram taxas negativas, com um enorme crescimento urbano concentrado nas RMs/Capitais; apenas o interior urbano do Mato Grosso registra taxa de crescimento (3,7%a.a.) superior à de Cuiabá (2,0% a.a.). Destaca-se o alto crescimento populacional de Palmas, com um ritmo de crescimento de 21,2% a.a. As regiões Sudeste e Sul seguem com suas taxas negativas de crescimento da população do interior rural, sendo mais elevadas na Região Sul (com o Paraná registrando taxa de -3,0% a.a.) (Tabela 7).

O Interior urbano dos estados do Sudeste registram taxas de crescimento superiores às suas RMs/Capitais nos casos do Espírito Santo (3,0%a.a. contra 1,4 % a.a. para Vitória), do Rio de Janeiro (2,2% a.a. contra 1,2% a.a. da RMRJ), de São Paulo (2,3% a.a. contra 1,6% a.a. da RMSP, mas menor que para a RM de Campinas: 2,5% a.a.). Ou seja, apenas o interior urbano de Minas Gerais registrou crescimento um pouco mais baixo (2,2% a.a.) que a RMBH (2,7% a.a.) (Tabela 7).

De qualquer modo, esses crescimentos da população de estados com importantes regiões metropolitanas – historicamente concentradoras de população – acenam para o relativo processo de desconcentração da população em âmbito estadual. Na região Sul, a situação não favorece o interior urbano, com as taxas

de crescimento das RMs/capitais bastante superior às dos respectivos interiores urbanos.

O diferenciado ritmo de crescimento da população dos espaços metropolitanos/capitais e de áreas do interior resulta do último fio do êxodo rural em várias localidades, bem como de movimentos migratórios interestaduais e intra-estaduais, além da possibilidade de retenção de população em áreas anteriormente expulsoras de população como o interior urbano de vários estados.

Referências Bibliográficas

BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Fundação Seade, 2005.

_____. Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996. **Tese de Doutorado**. IFCH/UNICAMP, 1999.

BRITO, F e CARVALHO, J.A. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, CGEE, n.22, junho 2006.

BILSBORROW, R. E. (org.). **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.

BRITO, F. População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG-Faculdade de Ciências Econômicas, 1997. (Tese de Doutorado)

CANO, W. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1996. (mimeo)

_____. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (org). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995a.

CUNHA, J. M. e BAENINGER, R. Cenários da Migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos do CRH**, Salvador, v.18, n.43, jan/abr.2005.

DINIZ, C.C. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R., SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995. p.417-429.

EBANKS, E. G. **Determinantes socioeconômicos de la migración interna**. Santiago de Chile, CELADE, 1993.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP 29**, São Paulo, p.98-119, mar.1991.

_____. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

HAKKERT, R. e MARTINE, G. Tendências Migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. **Parcerias Estratégicas**, CGEE, n.22, junho 2006.

LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: **Population, distribution and migration**. New York: United Nations, 1998.

NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL-(NESUR/UNICAMP). Projeto **“Caracterização e tendências da rede urbana brasileira”**. Campinas, out.1998. (Relatório 6)

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

VILLA, M., RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemografica de las metrópolis latinoamericanas. In: **Grandes ciudades de América Latina: dos capítulos. Documentos Docentes**, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografía-CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1994.